

Aspectos do cotidiano policial da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso/GO (1930-1964)

Mariseti Cristina Soares Lunckes*

Resumo

No presente trabalho busca-se entender o cotidiano de uma instituição militar e as práticas dos soldados policiais militares para obterem seus meios de sobrevivência nos distantes sertões do Brasil. Nesses espaços as instituições de polícia são regidas pelas normativas que nem sempre dão conta dos meios básicos de vida dos sujeitos que dela fazem parte.

Palavras-Chave: Cotidiano, policiais militares, meios de sobrevivência.

Abstract.

This work seeks to understand the everyday of a military institution and the practices of the military police soldiers to obtain their means of survival in hinterland of Brazil. In these spaces the police institutions are governed by rules which do not always give the account of the basic means of life of individuals who are part of it.

Key Words: Everyday, military police, means of survival.

1. Apresentação.

chegado ao conhecimento deste comando que certas praças desta companhia têm por costume invadir o quintal vizinho com o fim único de apanhar frutos, sem a prévia licença; recomendo que doravante fique passivo a exclusão a bem da moral, as praças que infringir os preceitos da boa educação ou alias do decoro militar, pois que o alheio é inviolável. Além disso, o soldado deve ser o exemplo da honestidade, cabendo-lhe então reprimir outro que venha tentar a praticar atos de quais quer natureza, que sejam deprimentes á moral. Evitemos este provérbio: “o ruim por si se destrói”. (BOLETIM INTERNO Nº 113, 1938).

Em 20 de maio de 1938, o quartel de Pedro Afonso recebe do Comando Geral de Goiânia a recomendação para excluir os policiais militares que indevidamente ou por costume colhessem frutas dos quintais vizinhos, fato este trivial e presente no cotidiano das pequenas cidades e vilas do interior. Um meio de “sobrevivência” ou prática costumeira dos policiais de Pedro Afonso. Acontecimentos que poderíamos chamar de pitorescos, transformam-se em preocupações das autoridades na capital de Goiás. Esta questão nos remete ao seguinte questionamento: como um acontecimento aparentemente tão banal se transforma em um ato “passivo de exclusão”, de imoralidade? Como esse acontecimento, antes visto como corriqueiro, se transforma em um problema normativo para a polícia, a ponto de sujeitar seu policial à exclusão? Nessa comunicação apresentamos algumas das práticas cotidianas de homens comuns que se transformaram em policiais militares da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso e como se adequaram às mesmas e reelaboraram seus meios de sobrevivência.

2. No cotidiano: um cenário de carências e miséria.

O fato de chegarem ao alto comando casos peculiares dos distantes sertões e repercutirem de forma negativa, pressupõe que as autoridades impunham certo controle e vigilância sobre os policiais militares de baixa patente. Pela recomendação do alto comando, criam-se expectativas em relação às funções e comportamentos dos “homens da ordem”, pois as autoridades viam os policiais como homens preparados e cumpridores da lei, não levando em consideração o perfil de seus homens e as variadas e permanentes formas de carência presentes no cotidiano dos policiais militares de baixa patente.

Para Rosenberg (2008:55), na teoria “a polícia visava a compor-se de indivíduos aptos, honrados e moralmente qualificados para disseminar a missão civilizadora...”. Concordamos com o autor sobre a visão teórica de polícia que as autoridades tinham, mas também percebemos que estas não estavam preparadas para lidar com o policial concreto de carne e osso, exigindo destes algo que não podiam dar.

Um projeto com a pretensão de construir uma nova polícia para os sertões acaba revelando, nas condições cotidianas de trabalho, as ausências e os contrastes entre o possível e o desejado, além dos “vícios” e dos comportamentos indesejados sob os novos preceitos da ordem, da disciplina, do moderno e do progresso. Ou seja, acaba dando visibilidade a comportamentos considerados imorais pelas autoridades que assumem o poder a partir de 1930. Dessa forma, o relato citado na introdução deste trabalho não é adequado ao modelo teórico de polícia desejado e tampouco atende às demandas “concretas” exigidas por essas autoridades para mudar os sertões.

Assim, ao problematizar a recomendação, podemos observar que o ideal de polícia pensado pelas autoridades que assumem o poder a partir de 1930 está consubstanciado em um projeto teórico que pouco se assemelha às vivências do cotidiano de trabalho dos policiais militares do norte goiano. São reais as permanências indesejadas do passado, como a falta de honra e imoralidade. Esses acontecimentos pitorescos representam algo de humano e marginal no cotidiano de trabalho dos policiais. Talvez uma existência humana negada pelas autoridades do círculo de oficiais que não entendiam as necessidades e faltas daqueles. Assim como também não entendiam o mundo de exclusão, inserido em um cenário distante, de vastas extensões de terras, com uma vegetação inóspita e clima quente, habitado por uma incipiente população que construía uma existência particular pautada nas antigas tradições de

mando e de ordem. “As dificuldades do clima da região contribuíram para instabilidade dos funcionários e militares que não se adaptaram ao meio” (PASSOS, 1986:226).

Passos (1986) relata que em 1940 o norte de Goiás vivia na obscuridade. Apesar da criação de entidades públicas para modificar o padrão de vida da população, não havia médico, farmácia e instrução pública. A prefeitura de Pedro Afonso possuía poucos recursos orçamentários. Havia dificuldades de transporte e a arrecadação dos tributos era insuficiente, resultando em atraso nos salários dos servidores, inclusive dos policiais militares. A narrativa do Coronel varia entre a percepção crítica e negativa, passando pela afetuosa, como quando descreve a boa acolhida da população durante sua estada na pequena cidade. Em relação à 4ª Companhia e os seus policiais, o comandante relata que a guarnição era insuficiente, sendo composta somente de 15 a 20 soldados e graduados, muitos com malária e outras doenças. O “quartel” estava “acantonado” em um casarão em ruínas, na principal praça da cidade.

Os acontecimentos relatados pelas autoridades apresentam cenas que são comuns no dia a dia do interior. Elementos sutis de confronto e impulsos dos policiais militares que inquietam as autoridades que viam seus subordinados como elementos amorfos, sem vontade, aptos para ser exemplo de moral e disciplina ou capazes o suficiente para se “destruírem sozinhos”. Fatos pitorescos como os apresentados acima dão luz aos problemas de um segmento de trabalhadores que vivem o mundo da exclusão e da falta, mas que são chamados para conter as forças ameaçadoras e transformadoras que assolam Pedro Afonso. Tais ações dão significado ao cotidiano vivenciado pelos policiais militares e às diferentes formas de estabelecimento de mecanismos que oportunizam a imposição da civilidade na vida privada e pública.

As dificuldades, conflitos e faltas reduzem a rapidez e qualidade das reformas. O cotidiano dos policiais militares de Pedro Afonso não mudou, ficando evidente que o surto de civilidade desejado pelas autoridades da nova e moderna capital Goiânia não chegara aos sertões. As dificuldades aparecem como a pobreza dos policiais e o seu dito “caráter corrompido”, com os surtos de medo e violência resultantes do trânsito de bandoleiros por Pedro Afonso e seu porto fluvial.

O cotidiano é trabalhado por historiadores que buscam problematizar as diferentes práticas de sobrevivência que homens e mulheres produzem ao longo de sua existência em diferentes tempos e espaços. No estudo do cotidiano, os historiadores buscam analisar as práticas de uma dada realidade social compartilhada por diferentes sujeitos e como estes percebem as mudanças e se ajustam às formas de sobrevivência e de trabalho que num primeiro momento não dominam (FAUSTO, 2001). O cotidiano se define de várias formas.

Empiricamente ele pode ser entendido como rotina do dia a dia na luta pela sobrevivência de homens e mulheres dentro de suas casas, na rua, no trabalho e nos locais de sociabilidade.

Além dos estudos de Fausto, buscamos entender o cotidiano a partir dos estudos de Certeau (2004) que o define como um lugar de invenção, criatividade, como meio de sobrevivência em espaços e instituições muitas vezes rígidas e regidas pelas normativas que nem sempre dão conta dos meios básicos de vida dos sujeitos. O cotidiano é o lugar da invenção que produz criatividade, mas também é o espaço do desvio das normas estipuladas pelas instituições de controle social que primam pela disciplina e vigilância dos costumes.

A partir dessas colocações, busca-se enxergar a existência dos policiais militares em seu cotidiano de trabalho e de sobrevivência, por suas necessidades mais elementares como proteção dos perigos, alimentação, vestuário, moradia e salário. Através dos boletins internos e gerais da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso, busca-se visualizar as esperanças e medos, sentimentos que desnudam a realidade desses policiais na busca de alternativas para seus dramas profissionais e pessoais presentes nas estratégias de sobrevivência, como as descritas a seguir:

1º considerando que, em vista da grande necessidade pecuniária por que vem passando as praças desta Cia. por falta de numerário na sub-diretoria da fazenda, para pagamento dos vencimentos das mesmas; 2º considerando que as praças da Cia não podem manter suas famílias, visto que o comércio desta vila se opõe a vender a prazo para ditas praças, a não ser por meio de um único responsável pelo pagamento do que ficaram devendo; 3º considerando que as praças desta Cia não podem apresentar-se pontualmente para o serviço em vista do que foi exposto nos itens considerados acima; 4º considerando finalmente que o rancho da Cia. foi suspenso por motivo da alta dos preços dos gêneros, e a etapa ser insuficiente para as despesas do mesmo; este comando resolve como responsável direto pelo bom andamento e boa marcha dos serviços dessa Cia; por medida provisória, até que normalize o pagamento dos vencimentos das praças autorizar o fornecimento de gêneros alimentícios, exclusivamente as estas praças,...(BOLETIM INTERNO Nº 267, 1937)

Os baixos salários e o seu atraso, a dificuldade de manter a família, a falta de crédito no comércio local, as ausências ao serviço, a fome e a falta de ajuda do Estado para suprir necessidades básicas era recorrente. O trabalho estafante nos distantes sertões, os castigos disciplinares, o alcoolismo, as violências e as deserções fazem parte do universo de homens fardados. Dramas de homens pobres e rústicos que na polícia militar necessitam responder a um projeto novo, dito moderno, definido por seus superiores distantes das realidades cotidianas. Esse projeto moderno muitas vezes não atende suas expectativas mais primárias. Uma relação de forças se apresenta nos sertões, onde as ações civilizadoras se confrontam cotidianamente com a falta, com o distante, com os costumes tradicionais presentes nas ações

dos homens que deveriam desenvolver e dominar as “artes de civilizar” estes sertões. Um conflito permanente que se dá entre o tradicional e o moderno, onde as autoridades buscam “pacificar” os costumes da sociedade, o ambiente privado e o corpo de cada homem que se pretende policial militar.¹ O relato abaixo se insere nesse contexto:

Tendo o Sr. Juiz municipal deste termo, em ofício de hoje datado, solicitado a este comando, permissão para que o soldado Salustiano Ribeiro dos Santos possa se casar com a senhorita Isabel Alves de Souza, por ter a mesma sido raptada pelo mesmo soldado; foi proferido o seguinte despacho: À vista da solicitação feita pelo Sr. Juiz concedo.” (BOLETIM INTERNO Nº 81, 1936)

Apesar de o relato mostrar cenas comuns do dia a dia do interior, há a presença de elementos sutis de confrontação. Observa-se também uma preocupação das autoridades policiais do alto comando na cobrança de padrões de comportamento moral, de papéis e de responsabilidades para com a disciplina no interior das corporações e vilas. Ao entrar na polícia militar era exigida do homem pobre uma rápida capacitação às novas funções. O que se observa no relato do comando geral é uma insatisfação com o comportamento e o trabalho dos policiais, ou seja, uma cobrança para que os comandantes dos destacamentos fizessem com que os policiais dos sertões se adaptassem ao sistema disciplinar e regimental.

Para o bom nome da nossa força policial, cooperação com nossas autoridades constituídas e realização da verdadeira da vossa missão nesta localidade, recomendo-vos máxima observância aos nossos regulamentos, principalmente na parte que se refere à conduta, honestidade e sentimento do dever. Este comando responsabilizará os comandantes de destacamentos pelos maus atos, espancamentos e qualquer alteração de espécie de ordem pública praticadas pelos praças a eles subordinados (...) Coronel Francisco Ferraz Lima, Cmt. Geral. (BOLETIM INTERNO Nº 93, 1946).

Em relação ao policiamento de cidades fronteiriças, Taylor (2002) observa que a conquista da disciplina policial torna-se mais problemática, pois são espaços diferenciados, com realidades distintas. Embora diferenciada dos centros mais urbanizados, o fato é que a disciplina policial possui um caráter militar que não é generoso, tolerante e piedoso. É rígida e hierárquica, levando os policiais às diferentes táticas de negociação, alternativas que não são compreendidas por seus superiores, para os quais a indisciplina é um problema que deve ser combatido com a vigilância e a normatização cotidiana de seus comportamentos.

¹ Para Elias (1994:29): “(...) o corpo é, sem dúvida, o mais natural, o mais concreto, o primeiro e o mais normal patrimônio que o homem possui. Além disso, as sociedades humanas agem sobre o corpo através de regras, de etiquetas, sanções e proibições, de prêmios e castigos, de leis e penas e tudo isso vai refletir na forma de andar, sentar, dormir, amar, de se alimentar, etc. Nesse sentido, o corpo é uma encruzilhada de acontecimentos culturais e sociais...”

O engajamento de homens pobres e com pouca escolaridade na polícia militar de espaços distantes dos grandes centros urbanos significa para os mesmos, apesar das carências cotidianas, uma ocupação e também uma forma de inclusão nos meandros da burocracia estatal. Embora o trabalho de polícia não trouxesse melhorias financeiras, o ingresso na instituição lhe oportuniza o uso da farda e das armas, o que faz desses homens soldados policiais militares que simbolicamente representam o Estado e tem o poder de preservar a ordem. Ao entrarem na polícia goiana, os policiais não recebiam de imediato um treinamento sistematizado e efetivo. Habilidades natas aos homens do sertão como coragem e o saber nadar e as condições de saúde que permitissem realizar o árduo trabalho nos distantes sertões eram considerados requisitos para a entrada na polícia. Longas viagens pelos rios e suas corredeiras, caminhadas sob as agruras do clima, da paisagem e dos perigos de ataques de bandoleiros, emboscadas e assaltos faziam parte do cotidiano de trabalho, além do mísero salário, que na maioria das vezes era pago com grande atraso.

Nos estudos sobre a polícia militar é recorrente a problematização sobre o atraso de salários e as dificuldades de toda ordem enfrentadas pelos policiais militares de baixa patente, independente do recorte temporal e espacial. Em sua tese de doutorado, Rosemberg (2008) analisa as dificuldades enfrentadas pelos policiais para sobreviver com o permanente atraso de salários e fraudes que ocorriam na polícia da Província de São Paulo do final do séc. XIX. Como escreve o autor “Num universo de tostões contados, a sobrevivência muitas vezes dependia de estratégias ilícitas, alinhadas por entre as brechas da estrutura burocrática”. (ROSEMBERG, 2008:297). Tal estado de carência e desmandos oportuniza as reivindicações pela melhoria dos salários e das condições de trabalho. É dentro desse contexto que ocorre a “quebra de disciplina (...) uma agressão a um dos pilares instituição”. (BATTIBUGLI, 2007:98) .

No norte goiano, os relatos sobre a carência e a pobreza dos policiais são evidenciados durante todo o período por nós estudado. Apesar dos discursos das autoridades enfatizando as reformas e as mudanças², o trabalho árduo, a fome e os ínfimos salários que eram pagos com atraso faziam parte do cotidiano, mas eram muitas vezes ocultados ou não vistos pelas autoridades do alto comando da capital, que responsabilizavam os policiais militares de Pedro

² No relatório de Pedro Ludovico Teixeira para o presidente Getulio Vargas, em 1939, temos o seguinte relato: “A Força Policial do estado apresenta condições suficientes para ser reserva do Exército Nacional. São tomadas providencias para incutir na tropa o amor ao trabalho e a ordem”. Segundo o interventor, a Força Pública possui dois batalhões e uma Cia Isolada com 83 destacamentos no interior, com um total de 787 homens. “Não há registro de rebeldia ou insubordinação (...) e respeito à hierarquia”.

Afonso pela situação de carência. A recomendação das autoridades no ano de 1937 é um exemplo:

A fim de evitar as constantes reclamações que me tem sido feitas por várias praças, desta companhia que alegam estar sofrendo sérias dificuldades para se manterem (...) é vedado autorizar-se ou fazer-se sobre qualquer pretexto, descontos nos vencimentos das praças, salvo os determinados pelo comandante em boletim regimental (...) serão severamente punidos, todas aquelas que infringirem a presente reclamação (...).(BOLETIM INTERNO, Nº 267, 1937).

As normas regimentais eram evidenciadas pelas autoridades. O cotidiano revela o paradoxo entre as normas e os meios cotidianos de sobrevivência. Situação agravante ocorria em Pedro Afonso devido a estas condições, resultando em conflitos entre comerciantes e policiais militares no período de 1930 até 1950. Quanto ao fornecimento de gêneros para alimentação dos policiais e o pagamento dos mesmos, temos o seguinte relato:

Tendo chegado ao conhecimento deste Comando, que praças desta Cia. (...) vem dificultando o pagamento para com seus credores do comércio desta cidade (...), em vista de terem dívidas superiores a seus vencimentos, recomendo que doravante será castigado na forma do Regulamento (...) (BOLETIM INTERNO, Nº 178, 1940).

Pelo relato das autoridades há a impressão de que a situação de carência e de penúria dos policiais militares de Pedro Afonso era responsabilidade destes e por isso deviam ser tomadas medidas regimentais como o desconto das dívidas em folha de pagamento e também a aplicação de punições disciplinares. Retirava-se do Estado e das autoridades toda e qualquer responsabilidade pela subsistência dos policiais militares nos distantes sertões.

Tensões entre as autoridades da capital e as unidades policiais eram reais. O alto comando preocupava-se essencialmente com o processo de disciplinamento e regulamentação do trabalho policial, enquanto os comandantes locais vivenciavam, juntamente com as praças, os dramas cotidianos na busca da subsistência. O que se observa nos relatos são vozes de diferentes autoridades, estando ausente a voz dos policiais que vivenciam esse universo de penúria e de exclusão. Situações complexas e imagens sociais e políticas construídas sobre os policiais militares dos sertões do norte goiano como as relatadas abaixo:

Quase nus, passando fome, visto que não recebem os seus minguados vencimentos e, sobretudo, humilhados com o estado de anarquia política que, no momento, atravessa aquela próspera cidade. Assistem, diariamente, grupos de indivíduos desabusados, disparando suas armas em plena rua, em desrespeito às autoridades e à população em geral. Impotentes são aqueles dois soldados que vivem encurralados na própria cadeia, para assegurar a tranqüilidade pública. Pelo que me foi dado a observar é que narrando essas ocorrências, encarecia de V. excia., mais por um princípio de humanidade, que determinasse imediato recolhimento daqueles nossos camaradas ao destacamento de Tocantinópolis(...)enquanto não pereçam por falta absoluta de garantia”. Do Promotor de Justiça de Tocantinópolis. (BOLETIM INTERNO, Nº 238, 1950)

A precariedade dos uniformes, denunciada pela expressão “quase nus”, a fome, a humilhação, a anarquia política e o desrespeito eram recorrentes, apesar do discurso das autoridades de alta patente que negavam tais fatos. Os policiais militares estavam diante do “caos” da sua própria situação e da comunidade que, em tese, deveriam vigiar e manter sob a ordem pública. O cotidiano de trabalho dos dois policiais, descrito pelo promotor da cidade de Tocantinópolis, revela que o exercício da autoridade policial na pequena cidade era “letra morta.” Uma percepção do promotor que não é neutra, pois busca chamar a atenção das autoridades militares para as dificuldades dos policiais de colocar em prática o projeto civilizatório das autoridades que assumem o poder a partir de 1930. Um discurso moderno que chegou a Goiás, mas que não consegue eliminar o atraso, a distância, as faltas e carências do cotidiano dos policiais militares, agentes e os representantes do Estado na construção da ordem.

Embora existisse uma vontade política de modernizar os sertões através das instituições de controle social como a polícia militar, tais reformas eram insuficientes, visto que a distância entre os sertões e a capital fazia com que fossem permanentes as dificuldades enfrentadas pelos policiais. Essa situação impedia, na maioria das vezes, que suas funções fossem realizadas dentro das normativas deliberadas pelos comandantes, em vista da carência e da miséria a que eram submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Histórico de Goiânia. Relatório dos governadores. 1939. Relatório de Pedro Ludovico Teixeira para o presidente Getulio Vargas. p. 56-58.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: USP, 2007. Doutorado em Ciência Política.

Boletins Internos da Cia Isolada de Pedro Afonso dos anos de 1930 a 1964.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. São Paulo: Vozes, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

ROSEMBERG, André. *Polícia policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. São Paulo: USP, 2008. Tese de doutorado.

TAYLOR, David. *Policing the Victorian Town: The Development of the Police in Middlesbrough c. 1840-1914*. Middlesbrough: Palgrave Macmillan, 2002.